

A SITUAÇÃO ORTOGRÁFICA LUSO-BRASILEIRA

IGOR METZELTIN
Universidade de Viena

I. INTRODUÇÃO

A língua portuguesa é falada por cerca de 200 milhões de pessoas, espalhadas por todo o mundo. Entre os países de língua oficial portuguesa destacam-se Portugal, por ser o país de origem do idioma, e o Brasil, por ser o país com a maior população de luso-falantes (cerca de 160 milhões). Os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) só recentemente é que foram incorporados no processo de formação de uma área lusófona segundo o modelo da *francophonie*, termo inventado pelo geógrafo Onésime Reclus (1837-1916) e que serviu de modelo à expressão “lusofonia”. Este esforço resultou, a 17 de Julho de 1996, na fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) com sede em Lisboa.¹ Antes de Portugal e o Brasil se reunirem com os PALOP em 1986 para, juntamente, elaborarem um acordo ortográfico, as tentativas de se aproximar quanto a uma ortografia comum envolveram só Portugal e o Brasil.

II. UMA BREVE HISTÓRIA DOS (DES)ACORDOS

Em termos de ortografia desenvolveram-se paralelamente dois sistemas: em Portugal usa-se a grafia de tendência etimológica, mais perto da raiz latina, e no Brasil uma grafia de tendência fonética, que pretende reproduzir com maior exactidão a pronúncia das palavras. Este sistema fora já recomendado pelos gramáticos dos séculos XVI e XVII, no século XVIII, nomeadamente por Luís António Verney (1718-1792) no seu “Verdadeiro Método de Estudar”, e no século XIX Almeida Garrett e António Feliciano de Castilho defenderam também a simplificação da ortografia.

Portugal efectuou uma importante reforma ortográfica em 1911, data significativa por ser também o ano da primeira constituição republicana, um ano depois da instauração da 1ª República. Esta reforma, propulsionada por personalidades como Carolina Michaëlis, Cândido de Figueiredo, Gonçalves Viana e Leite de Vasconcelos, que visava “sobretudo uma mais fá-

1. Países membros: Angola, Brasil, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.

cil aprendizagem da escrita”² foi puramente de carácter nacional; o Brasil, por seu lado, viu o lançamento de uma reforma ortográfica em 1907 (com modificações introduzidas em 1912) pela Academia Brasileira de Letras que também tentou, sem êxito, elaborar um dicionário brasileiro da língua portuguesa.

A primeira tentativa em conjunto de chegar a uma unificação ortográfica entre as duas variantes, é de 30 de Abril de 1931, data do primeiro Acordo Ortográfico Luso-Brasileiro, que, porém, não chegou a ser implementado.

Houve novas tentativas em 1943 e 1945, esta última foi adoptada tanto por Portugal (Decreto n.º 35.228 de 8 de Dezembro de 1945) como pelo Brasil (Decreto-lei n.º 8.286 de 5 de Dezembro de 1945). Curiosamente, o Brasil, a 21 de Outubro de 1955 revogou o Decreto-lei n.º 8.286 através da Lei n.º 2.623, que «restabelece o sistema ortográfico do “Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”». Pequenas modificações ocorrem através da Lei n.º 5.765, de 18 de Dezembro de 1971, no Brasil,³ e do Decreto-lei n.º 32/73 de 6 de Fevereiro de 1973,⁴ em Portugal.

Em 1986, na reunião do Rio de Janeiro acima mencionada, foi elaborado o “Protocolo de Acordo Ortográfico” que suscitou grandes discussões em Portugal, sobretudo pela proposta de suprimir os acentos nas palavras esdrúxulas, ficando este acordo inviabilizado.

No entanto, apareceu n’“O Jornal” (português) de 23 de Março de 1989 o texto “Bases da Ortografia Unificada da Língua Portuguesa”, apresentado no dia anterior numa conferência de imprensa, repondo, entre outras modificações, a acentuação das palavras esdrúxulas, assim como um certo número de grafias duplas (*facto/fato*, *génio/gênio*, etc.), elementos tomados em consideração pelo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990.⁵

Não tendo sido ratificado o Acordo assinado a 16 Dezembro de 1990, surge, a 17 de Julho de 1998 na Cidade da Praia (Cabo Verde), o Protocolo Modificativo ao Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa que elimina, no artigo 2, a data concreta para a elaboração de um vocabulário ortográfico comum, anteriormente fixada em 1 de Janeiro de 1993, e, no artigo 3, o prazo da ratificação, que estava previsto para 1 de Janeiro de 1994.

III. DICIONÁRIOS COMO INSTRUMENTO NORMATIVO

Em 1943, a Academia Brasileira de Letras (ABL) mandou publicar o *Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa* pela Imprensa Nacional em Rio de Janeiro, que adquiriu estatuto de norma oficial, no Brasil, pela emissão da Lei de 1955. Antes disso, o Dicionário de Moraes, na sua 10ª edição, de Outubro de 1948, já se regia conforme o Acordo Ortográfico Luso-brasileiro de 10 de Agosto de 1945. A inexistência, até à data, de um vocabulário ortográfico comum, em forma de dicionário, pode ser visto como uma das razões pela qual o Acordo previsto para 1994 não entrou em vigor. É, portanto, necessário um esforço tal

2. Oliveira Marques, *Breve História de Portugal*, Lisboa 1995, pág. 616.

3. “..., fica abolido o trema nos hiatos átonos; o acento circunflexo diferencial na letra *e* e na letra *o* da sílaba tónica das palavras homógrafas de outras em que são abertas a letra *e* e a letra *o*, excepção feita da forma *pôde*, que se acentuará por oposição a *pode*; o acento circunflexo e o grave com que se assinala a sílaba subtónica dos vocábulos derivados em que figura o sufixo *mente* ou sufixos iniciados por *z*.”

4. “São eliminados da ortografia oficial portuguesa os acentos circunflexos e os acentos graves com que se assinalam as sílabas subtónicas dos vocábulos derivados com o sufixo *mente* e com os sufixos iniciados por *z*.”

5. Publicado no *Diário da República*, I Série – A, 193, 23-8-1991.

como ocorrido no espaço de língua alemã, onde a implementação da nova reforma ortográfica (a partir de 1 de Agosto de 1998) coincidiu com a publicação de novos dicionários, como o Duden, e a adopção da mesma pelas editoras.

Já em 1793 a Academia de Ciências de Lisboa publicara um dicionário, que, porém, ficara no primeiro volume, acabando no verbete “azurrar”. Em 1976 saíu o primeiro volume de um dicionário editado por Jacinto do Prado Coelho e José Teixeira, que também ficou pela letra *a*, no verbete “azuverte”.

Entretanto foi lançado, na primavera de 2001, o Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea, pela Academia das Ciências de Lisboa, coordenado por João Malaca Casteleiro, constando de 70.000 entradas em dois volumes, que inclui palavras que substituem termos ingleses (como *saber-fazer* para substituir *know-how*), palavras de origem estrangeira com grafia aportuguesada (*lóbi* em vez de *lobby*, *ateliê* em vez de *atelier*), assim como a incorporação directa de palavras como *marketing* e *leasing*. Esta obra considera-se como autoridade com uma função normalizadora, não só quanto à grafia, mas também quanto à fonética. A publicação desta obra, de grande importância para a língua portuguesa, suscitou uma viva discussão sobre o léxico e a ortografia actuais, com vários artigos em revistas e jornais da especialidade.

Interessante é notar que, resultantes do levantamento levado a cabo pela Academia de Ciências na elaboração deste dicionário, se recolheram 4.000 vocábulos estrangeiros, 75 % dos quais provêm do inglês e relativos à economia, informática e novas tecnologias, 20 % dos estrangeirismos vêm do francês e os 5 % restantes de outras línguas como o espanhol, o italiano e o alemão. Esta obra propõe grafias duplas como *stande* e *stresse* ao lado de *estande* e *estresse*, já consagradas no Brasil, portanto não resolvendo o problema da existência das duplas grafias.

IV. QUAIS SÃO AS DIFERENÇAS ACTUAIS NA ORTOGRAFIA ENTRE PORTUGAL E O BRASIL?

Segundo os últimos regulamentos em vigor continuam a existir as seguintes diferenças ortográficas entre Portugal e o Brasil:

1. Portugal conserva as **consoantes mudas** *c* e *p*, que indicam a etimologia, antes de *c*, *ç* e *t* (em Portugal: *direcciona*l, *direcção*, *director*, *baptismo*, *excepção*, *ótimo*), enquanto que no Brasil foram abolidas pelo *Formulário Ortográfico* de 1943⁶ (*direcional*, *direção*, *diretor*, *batismo*, *exceção*, *ótimo*). Além disso, no Brasil foi simplificada a grafia de certas combinações como de *mn* para *n* (*indenização* vs. *indenização*), *bt* para *t* (*subtil* vs. *sutil*) e *mpt* para *nt* (*sumptuoso* vs. *suntuoso*), embora continuem a ser aceites as duas grafias.

2. Quanto aos **sinais diacríticos**, em Portugal usa-se o acento agudo em palavras esdrúxulas sempre que a palavra contenha um *e* ou *o* na sílaba tónica, dado que a pronúncia costuma ser aberta (*gênese*, *económico*), enquanto que no Brasil a pronúncia é semifechada e exige um acento circunflexo (*gênese*, *econômico*). Para diferenciar a primeira pessoa do plural do pretérito perfeito simples dos verbos que terminam em *-ar* do presente da primeira pessoa

6. *Formulário Ortográfico – Instruções para a Organização do Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa, aprovadas unânimemente pela Academia Brasileira de Letras, na sessão de 12 de agosto de 1943*: “Não se escrevem as consoantes que se não proferem: *asma*, *assinatura*, *ciência*, *director*, *ginásio*, *inibir*, *inovação*, *ofício*, *ótimo*, *salmo*, e não *asthma*, *assignatura*, *sciencia*, *director*, *gymnasio*, *inibir*, *innovação*, *officio*, *optimo*, *psalmo*.”

do plural do presente, em Portugal é empregado o acento agudo (*jantámos/jantamos*). Como no Brasil a pronúncia neste caso é igual, não se distinguem as duas formas na grafia. A combinação final *-eia*, na grafia brasileira leva um acento agudo no *e* quando a pronúncia da vogal é semi-aberta (*idéia, assembléia*), sendo omitido em Portugal (*ideia, assembleia*), dado que esta combinação é pronunciada sempre da mesma maneira. E, para terminar, a combinação das vogais finais *-oo* é marcada com um circunflexo no primeiro *o* no Brasil (*vôo, enjôo*) que, como no caso anterior, também desaparece no português continental (*voo, enjoo*).

3. Em Portugal, os etnónimos, as estações do ano e os pontos cardeais são grafados com **maiúscula** (*os Portugueses, Primavera, Março*), no Brasil com minúscula (*os portugueses, primavera, março*).

4. No Brasil emprega-se o **trema** para indicar que o *u* é pronunciado depois de *q* e *g*, como em *tranqüilo* e em *contigüidade*, enquanto que este sinal diacrítico é inexistente em Portugal (*tranquilo, contiguidade*).

5. O português continental usa o **hífen** para unir as formas singulares e a terceira pessoa do plural do verbo *haver* com *de* (*hei-de, há-s-de, há-de, hã-de*), enquanto no Brasil se omite. Outra característica existente em Portugal é a repetição do hífen na linha seguinte em palavras compostas (como *primeiro-ministro*) quando estas são divididas no fim de uma linha.

V. O USO DA ORTOGRAFIA NA PRÁTICA

Na prática verifica-se um uso mais descontraído da ortografia no Brasil do que em Portugal. Não só que o Dicionário Aurélio aceita grafias duplas para o Brasil (encontramos *antiguidade* e *antigüidade*, *aspecto* e *aspeto*, *infecção* e *infeção*, *óptica* e *ótica*, *subtil* e *sutil*, etc. como variações aceites), mas também existe uma maior facilidade em incorporar palavras estrangeiras no vocabulário brasileiro com grafia brasileira (como *videoteipe* ou *caubói*, por exemplo), ao passo que este processo em Portugal decorre de modo muito mais conservador com o uso da palavra estrangeira na grafia estrangeira entre aspas.

Esta facilidade de assimilação no Brasil também se verifica no uso de letras que, originalmente não faziam parte do alfabeto português, como o *k*, o *w* e o *y*.⁷ O fluxo de emigrantes vindos de países como a Alemanha fez com que palavras e nomes com grafias estrangeiras se espalhassem com facilidade pelo Brasil. A palavra *chope*, derivada da palavra alemã *Schoppen*, encontra-se frequentemente grafada como *chopp*, grafia também usada pela maior produtora de cerveja do Brasil, contrariando a norma oficial segundo a qual foram abolidas as consoantes duplas. Um pouco à moda dos Estados Unidos,⁸ verifica-se no Brasil o uso do *k* para substituir *qu*, sobretudo em nomes de estabelecimentos alimentares (*Forno Kente, Canto Kente*), fenómeno menos habitual em Portugal. Cabe observar que, no Brasil, as letras *k*, *w* e *y* também são usadas na grafia de tribos indígenas,⁹ assim como em vários nomes próprios como Oswaldo e Wanderley. O famoso cineasta brasileiro Glauber Rocha ainda incorporava estas letras na sua ortografia pessoal:

7. O *Formulário Ortográfico* permite o uso destas letras: "..., há três que só se podem usar em casos especiais: k, w, y."

8. Nos EUA, a pronúncia de certas letras (e números) no inglês coincide com o som de certas palavras (*c = see, t = tea, u = you, 4 = for, 2 = to/too*, etc.) e são frequentemente usadas em letrados e no mundo da publicidade e passaram a fazer parte do dia à dia.

9. Darcy Ribeiro 1997: *Kayapó, Kaingang* (35), *Payagua-Guaikuru* (36), *Mbayá* (37); Berta G. Ribeiro 1991: *Kuikuro* (51), *Yanomami, Waiká* (53), *Kaapor* (57), etc.

«Gostava, inclusive, de usar uma ortografia muito pessoal, da sua invenção —às vezes empregada com sentido irónico, “meras brincadeiras” inspiradas pelo modernismo de 22, conforme ele explicou— que consistia, de preferência, na troca do “i”, do “s” e do “c” pelo “y”, pelo “z” e pelo “k”. Escrevia, por exemplo: “Brazyl”, “eztética”, “kantor”, etc.»¹⁰

Em 1999, o deputado brasileiro Aldo Rebelo (Partido Comunista Brasileiro), a exemplo do que ocorreu na França, apresentou o Projeto de Lei n.º 1676 que visa a protecção e a defesa da língua portuguesa e “atualizar, com base em parecer da Academia Brasileira de Letras, as normas do Formulário Ortográfico, com vistas ao apertuguesamento e à inclusão de vocábulos de origem estrangeira no Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa”, prevendo uma punição para pessoas físicas e jurídicas que infringjam esta norma. Já houve reacções, no ano 2000, nomeadamente do sector bancário (sector atacado directamente por Rebelo), onde várias empresas iniciaram uma substituição dos termos ingleses por termos portugueses, para tornar mais compreensíveis os serviços aos clientes.

Quanto à ortografia também é preciso considerar o papel da internet e do uso do correio electrónico. O utente da internet é frequentemente levado a escrever as suas mensagens sem empregar sinais diacríticos, nem usar maiúsculas, uma vez que, em contacto com outros utentes, o tom é muitas vezes descontraído, e as mensagens são escritas como se fossem faladas, para não falar da redundância das maiúsculas e de certos sinais diacríticos. Às vezes também depende da configuração do teclado que o utente tenha à sua disposição. Outro factor é a impossibilidade, ainda existente, de poder usar sinais diacríticos ou elementos como o ç na designação de endereços de páginas de internet ou de correio electrónico, problema inexistente no inglês, língua que não dispõe de sinais diacríticos.

BIBLIOGRAFIA

- Academia de Ciências de Lisboa: *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea*. Verbo, Lisboa: 2001.
- Cunha, Celso/Cintra, Luís Filipe Lindley, *Nova gramática do português contemporâneo*, 8ª edição, Ed. João Sá da Costa, Lisboa: 1991.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda, *Novo dicionário da língua portuguesa*, 2ª edição, Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 1986.
- Holtus, Günter/Metzeltin, Michael/Schmitt, Christian, *Lexikon der Romanistischen Linguistik (LRL)*, vol. VI,2, Niemeyer, Tübingen: 1994.
- Houaiss, Antônio, *O Português no Brasil*, Revan, Rio de Janeiro: 1992.
- Ribeiro, Berta G., *O Índio na Cultura Brasileira*, Revan, Rio de Janeiro: 1991.
- Ribeiro, Darcy, *O povo brasileiro – A formação e o sentido do Brasil*, 2ª edição, Companhia das letras, São Paulo: 1997.
- Silva, António de Moraes, *Grande dicionário da língua portuguesa*, 10ª edição, Confluência, Lisboa: 1948.
- Verney, Luís António, *Verdadeiro Método de Estudar*, 1746 (edição organizada por António Salgado Júnior, para os «Clássicos Sá da Costa», 5 vols.), Lisboa: 1949-1952.
- Villar, Mauro, *Dicionário Contrastivo Luso-Brasileiro*, Ed. Guanabara, Rio de Janeiro: 1989.

10. Gomes, João Carlos Teixeira, Glauber Rocha-essevulção, Nova Fronteira, Rio de Janeiro: 1997, págs. xxvii e xxix.